



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ACORDO DE COOPERAÇÃO N.º 06/2018

Acordo de Cooperação que entre si celebram o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para a disponibilização de Oficiais de Justiça do TJRN para cumprimento de mandados na Justiça Eleitoral.

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, doravante denominado TRE/RN, com sede na Avenida Rui Barbosa, n.º 215, Tirol, Natal/RN, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador GLAUBER ANTÔNIO NUNES RÊGO, e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE**, doravante denominado TJRN, sediado na Praça 7 de Setembro, s/n, Cidade Alta – Natal/RN, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador EXPEDITO FERREIRA, celebram o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, doravante denominado ACORDO, com fundamento legal na Recomendação CNJ nº 28/2009 e no art. 116 da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e as condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente ACORDO é a disponibilização ao TRE/RN de Oficiais de Justiça do quadro de servidores do TJRN, para cumprimento de mandados na Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte.



1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/RN e do TJRN

2.1. Constitui atribuição do TRE/RN efetuar o pagamento do reembolso aos Oficiais de Justiça do TJRN pelo cumprimento dos mandados por eles realizados a serviço da Justiça Eleitoral.

2.2. Constitui atribuição do TJRN disponibilizar ao TRE/RN os Oficiais de Justiça do quadro de servidores para cumprimento de mandados na Justiça Eleitoral, na forma estabelecida nesse instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS METAS, DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. A meta consiste em suprir as necessidades do TRE/RN no que se refere ao atendimento do cumprimento de mandados, considerando que o quadro de pessoal do TRE/RN carece de Oficiais de Justiça para esse fim.

3.2. Os PARTÍCIPES designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente ACORDO.

CLÁUSULA QUARTA - DAS REGRAS DE REEMBOLSO

4.1. As regras de reembolso seguirão os normativos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do TRE/RN, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

5.1. Não poderá ser designado oficial de justiça membro de diretório partidário ou filiado a partido político, incluindo-se na vedação o cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, de membros do Tribunal, de juiz eleitoral ou chefe de cartório da respectiva zona eleitoral e de candidato a cargo eletivo, na circunscrição eleitoral do pleito.

2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1. O TRE/RN e o TJRN providenciarão a publicação de extrato do presente ACORDO na imprensa oficial, conforme autorizam o art. 4º da Lei nº 11.419/2006 e o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente ACORDO entra em vigor na data de sua assinatura, ficando sua validade condicionada à publicação, por extrato, no Diário da Justiça Eletrônica, e vigorará por 60 (sessenta) meses, ou até que seja finalizado por solicitação de qualquer das partes, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, ao qual será dada a mesma publicidade conferida ao ajuste original.

CLÁUSULA OITAVA - DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

8.1. É facultado aos PARTÍCIPES promover o distrato do presente ACORDO, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

Parágrafo Primeiro: Os PARTÍCIPES poderão, a critério de cada um, rescindir o Acordo de Cooperação nas seguintes hipóteses:

- a) Interesse de quaisquer dos PARTÍCIPES;
- b) Infringência das disposições deste Acordo.

Parágrafo Segundo: Em caso de descumprimento, total ou parcial, das cláusulas e condições estabelecidas neste Acordo, a rescisão dar-se-á automaticamente, através de comunicação escrita ao partícipe.

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

9.1. Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento dos celebrantes, mediante Termo Aditivo, visando o aperfeiçoamento, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. Aplicam-se à execução deste ACORDO a Lei n.º 8.666/1993, no que couber, a Recomendação nº 28/2009-CNJ, além dos preceitos de Direito Público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos PARTÍCIPES, ouvidos os setores responsáveis pela execução e fiscalização do presente instrumento, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Os PARTÍCIPES deverão observar rigorosamente as condições estabelecidas para utilização do objeto deste Termo, sob pena de rescisão, após notificação, desde que oportunizados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas perante a Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio Grande do Norte.

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

E, por estarem ajustados, os PARTICIPES firmam o presente Termo de ACORDO em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Natal/RN, 24 de outubro de 2018.


Desembargador GLAUBER ANTÔNIO NUNES RÊGO

Presidente do TRE/RN


Desembargador EXPEDITO FERREIRA

Presidente do TJRN